



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Secretaria Geral Parlamentar  
Secretaria de Documentação  
Equipe de Documentação do Legislativo

### **PROJETO DE LEI 01-00260/2017 do Vereador Fernando Holiday (DEM)**

#### **Autores atualizados por requerimento:**

Ver. FERNANDO HOLIDAY (DEM)

Ver. JANAÍNA LIMA (NOVO)

"Regulamenta o art. 64 §1º da Lei Orgânica do Município, dispondo sobre a eleição indireta de Prefeito e Vice-Prefeito.

Art. 1º - Esta Lei regulamenta o art. 64 §1º da Lei Orgânica do Município, que trata de eleição indireta de prefeito e vice-prefeito em caso de vacância dos cargos nos últimos dois anos de mandato.

Art. 2º - Havendo vacância do cargo de Prefeito e Vice-Prefeito nos últimos dois anos de mandato, a Câmara Municipal elegerá novo Prefeito e Vice-Prefeito, que cumprirão o tempo remanescente do mandato vago.

Art. 3º - Assim que ocorrer a dupla vacância, o presidente da Câmara dos Vereadores, no mesmo ato em que assume a chefia do Poder Executivo, enviará mensagem à Câmara dos Vereadores, requerendo a realização da eleição indireta.

§1º: Se o presidente da Câmara dos Vereadores não assinar a mensagem, não assumirá a chefia do Poder Executivo.

§2º: Se a vacância ocorreu na primeira metade do mandato, o presidente da Câmara dos Vereadores assumirá o Poder Executivo e aguardará que a Justiça Eleitoral faça as eleições diretas.

Art. 4º - O Vereador que estiver exercendo a presidência da Câmara dos Vereadores convocará sessão extraordinária em no máximo 5 (cinco) dias e lerá aos Vereadores a mensagem do Presidente da Câmara dos Vereadores, no exercício do Poder Executivo, declarando a dupla vacância; no mesmo ato, declarará aberto o processo sucessório por eleição indireta.

§1º: A leitura da mensagem e a convocação para as eleições serão publicadas de imediato no Diário Oficial.

§2º: A Mesa da Câmara de Vereadores poderá editar ato infralegal regulamentando o processo eleitoral, observadas as disposições desta Lei.

Art. 5º - No período de 5 (cinco) dias da publicação da leitura da mensagem no Diário Oficial, os partidos políticos que tiverem interesse no pleito indicarão a chapa e, se necessário, suas coligações.

Art. 6º - As eleições indiretas obedecerão as regras da lei eleitoral a respeito de coligação.

Art. 7º - Cada chapa indicará claramente:

I - O nome do candidato a Prefeito;

II - O nome do candidato a Vice-Prefeito;

III - Os partidos de cada um dos candidatos.

Art. 8º - Cada partido ou coligação só poderá lançar uma chapa.

Art. 9º - As inscrições serão feitas perante a presidência da Câmara dos Vereadores de São Paulo.

Art. 10 - O Vereador que estiver no exercício da presidência da Câmara dos Vereadores indeferirá, de plano, os candidatos que não se enquadrem nos requisitos constitucionais para o exercício do cargo, em despacho fundamentado.

Art. 11 - Além dos requisitos constitucionais, os candidatos deverão residir em São Paulo no momento da ocorrência da dupla vacância.

Art. 12 - No ato da inscrição, os candidatos farão prova de sua nacionalidade, do gozo de seus direitos políticos e da sua residência.

§1º - Os candidatos apresentarão cópia da última declaração de imposto de renda.

§2º - Os candidatos indicarão, na sua inscrição, advogado(s) que os represente, juntando procuração por instrumento público ou particular; as regras de procuração, substituição e substabelecimento serão as mesmas estabelecidas no Código de Processo Civil.

Art. 13 - Findo o prazo de inscrição, o Vereador que estiver no exercício da presidência da Câmara dos Vereadores convocará sessão extraordinária em no máximo 5 (cinco) dias, e anunciará:

I - Os candidatos;

II - Os indeferimentos e seu motivo.

Art. 14 - O Vereador que estiver exercendo a presidência da Câmara dos Vereadores não poderá ser candidato se exerceu a presidência durante qualquer momento após a sessão extraordinária a que se refere o art. 4º desta Lei.

Art. 15 - Após o anúncio do art. 13, os vereadores poderão apresentar, na mesma sessão, impugnação às candidaturas ou recurso contra decisão de indeferimento.

§1º - A impugnação ou recurso será oral, garantindo ao impugnante ou recorrente a sustentação oral por 15 (quinze) minutos.

§2º - Após o pronunciamento do impugnante ou recorrente, falará o impugnado ou vereador que defende a decisão recorrida.

§3º - Se ninguém se dispuser a defender a decisão recorrida, o presidente da sessão o fará.

§4º - Também poderá fazer uso da palavra, por 15 (quinze) minutos, o advogado do recorrente ou do impugnado.

Art. 16 - Só haverá uma impugnação ou um recurso por candidatura.

Parágrafo Único: Havendo múltiplas impugnações ou recurso, elas serão agrupadas e consideradas unas.

Art. 17 - Finda as sustentações orais, o presidente submeterá a questão dos recursos ou da impugnação ao Plenário, que decidirá de imediato, por votação nominal.

Art. 18 - Após a decisão do Plenário, o vereador que estiver presidindo a sessão anunciará a lista final de candidatos, mencionando as chapas e partidos.

Art. 19 - Se, por qualquer motivo, a sessão for encerrada sem finalizar os trabalhos, será convocada nova sessão extraordinária, em no máximo 5 (cinco) dias.

Parágrafo Único: Não será feito qualquer trabalho legislativo no interregno entre tais sessões.

Art. 20 - Após o anúncio final das candidaturas, iniciar-se-á a campanha, que terá duração de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Único: No mesmo ato, será convocada sessão extraordinária para eleição, logo após a campanha.

Art. 21 - Findo o prazo de 5 (cinco) dias, a Câmara dos Vereadores se reunirá em sessão extraordinária, para eleição.

Art. 22 - Na sessão extraordinária de eleição, não será admitido nenhum pronunciamento em favor ou desfavor de candidato.

Art. 23 - O voto será nominal.

Art. 24 - O voto será aberto.

Art. 25 - Cada Vereador votará em uma única chapa.

Art. 26 - Se uma das chapas atingir a maioria absoluta dos votos dos Vereadores, será declarada vencedora.

Art. 27 - Se nenhuma das chapas atingir a maioria absoluta, a sessão será prorrogada e realizar-se-á o segundo turno.

Art. 28 - No segundo turno, concorrerão as duas chapas mais votadas.

Parágrafo Único: Havendo empate entre qualquer das chapas, considerar-se-á vencedora a que tiver o candidato a prefeito mais idoso.

Art. 29 - A eleição de segundo turno será feita na mesma sessão extraordinária, do mesmo modo e com as mesmas regras da eleição do primeiro turno.

§1º - Os candidatos a Prefeito das duas chapas poderão defender a sua candidatura na tribuna da Câmara dos Vereadores, por no máximo 15 (quinze) minutos, vedada a cessão de tempo ou apartes.

§2º - Findos os discursos, proceder-se-á à votação.

Art. 30 - No segundo turno, a chapa que tiver mais votos será considerada vencedora.  
Parágrafo único - Havendo empate, será declarada prevalecente a chapa cujo candidato a Prefeito for mais idoso.

Art. 31 - Excepcionalmente, os prazos para as inscrições, para os recursos e impugnações e para a realização das sessões extraordinárias poderão ser prorrogados, em caso de circunstâncias que impeçam a realização de tais atos, desde que observadas a igualdade entre as candidaturas.

§1º Considera-se circunstâncias excepcionais, para este artigo:

I - A declaração de estado de defesa ou estado de sítio em área que abranja o Município;

II - A intervenção federal no Estado de São Paulo ou a intervenção estadual no Município de São Paulo;

III - Tumulto nas sessões extraordinárias ou no ato das inscrições;

IV - Calamidade ou desastre natural.

§2º - O vereador que estiver exercendo a presidência da Câmara dos Vereadores tomará todas as medidas necessárias para que o processo finalize dentro de 30 (trinta) dias, no máximo, nos termos do art. 64 §1º da Lei Orgânica.

Art. 32 - Os candidatos vencedores serão empossados:

I - imediatamente após a eleição, se estiverem presentes;

II - no prazo de 3 (três) dias, se estiverem ausentes à sessão de eleição.

Art. 33 - Se qualquer um dos candidatos da chapa não tomar posse em no máximo 3 (três) dias da eleição, o vereador que estiver no exercício da presidência da Câmara dos Vereadores declarará inválida a eleição e recomeçará o processo.

Art. 34 - A Câmara dos Vereadores ficará reunida em sessão permanente durante todo o processo eleitoral e não deliberará a respeito de qualquer matéria.

Parágrafo Único: se a dupla vacância ocorrer em recesso, o presidente da Câmara a convocará para a sessão permanente.

Art. 35 - Esta Lei entra em vigor 10 (dez) dias após a sua publicação.

Sala das Sessões. Às Comissões competentes"

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 26/04/2017, p. 61

Para informações sobre este projeto, visite o site [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br).